



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

EMENTAS - NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA – NPJ I – 1º SEMESTRE DE 2024

5º PERÍODO - MATUTINO

TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E REDAÇÃO DE CONTRATOS

O contrato, indiscutivelmente, é instrumento essencial para a circulação de riquezas, com vital importância para a sociedade e para a economia. O profissional que pretende lidar com contratos precisa ter habilidade de negociação e competência para militar nessa área, que é repleta de detalhes e minúcias. A elaboração de contratos é raramente explorada na maioria dos cursos. O(a) aluno(a), quando habilitado(a) a advogar, não raro, acaba sendo obrigado a recorrer a “modelos de contrato”, sem qualquer noção a respeito de como foram os mesmos estruturados e elaborados. Neste contexto, com uma abordagem de aspectos práticos e objetivos, com a finalidade exclusiva de preparar o(a) estudante de Direito para o mercado de trabalho, que o curso se propõe a trabalhar a técnica contratual.

TÉCNICAS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS EMPRESARIAIS: CONCILIAÇÃO, NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Fundamentação jurídica e econômica das técnicas de solução pacífica das controvérsias. Conceito, Origem e Características da Arbitragem (Lei 9.307/96). Convenção de Arbitragem, Cláusulas Compromissórias. Árbitros. Arbitragem Expedida e de urgência. Mediação (Lei 13.140/15) Conciliação e Terapia. Conceitos e aplicabilidades. Disput Board Resolution. Conceitos e panorama geral. Principais benefícios e objetivos. Demais Práticas Colaborativas e correlações com outras áreas do Direito. Debates e atualidade.

PRÁTICA PENAL E PROCESSUAL PENAL

Destina-se ao aperfeiçoamento e desenvolvimento acadêmico prático profissional e redação forense das peças processuais utilizadas no processo penal em geral, desde o início da persecução penal, com ênfase na fase pré-processual (Inquérito Policial e Prisões Cautelares) até a fase recursal (Teoria e Prática Geral dos Recursos), passando também pelos procedimentos em geral (Rito Sumário, Ordinário, Júri e Lei nº 9.099/95).

PRÁTICA DAS ADVOCACIAS PARA FINS PÚBLICOS E DA ADVOCACIA POPULAR

A disciplina aborda a inserção jurídica social das carreiras da Advocacia Popular e da Defensoria Pública, através do conhecimento dos valores, das metodologias e das estratégias não tradicionais da área da Assessoria Jurídica Popular (AJP). Preparará o aluno para a performance advocatícia em defesa da população em situação de



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

vulnerabilidade socioeconômica, em diversas dimensões, especialmente pelo desenvolvimento de peças jurídicas, negociações, sustentação oral, técnicas jurídicas para além da intervenção processual, trabalho em rede. Aproximará o aluno da realidade contumaz de extrema desigualdade social, cenário do manejo do Direito, através de reflexão estimulada por documentários, vídeos testemunhais e artigos jornalísticos, e pela interação com profissionais da AJP, lideranças populares e pessoas tuteladas pela área. Auxiliará o aluno a organizar sua network inicial na área da AJP. Instrumentalizará o aluno no conhecimento prático e, subliminarmente também no teórico, para a atuação da ampla e integral defesa e ativação dos Direitos Fundamentais que envolvem as carreiras em referência, com o objetivo também de sensibilizá-lo sobre o papel estratégico do profissional jurídico em relação à efetividade do direito e ao acesso à justiça.

DO INQUÉRITO POLICIAL À SENTENÇA: UMA VISÃO PRÁTICA

A disciplina tem por objeto apresentar ao aluno e à aluna como se desenvolve o inquérito policial e a ação penal, até a sentença, com conteúdo prático e dinâmico. Durante o curso, haverá elaboração de peças de inquérito, peças processuais e audiências simuladas.

AS AÇÕES DE FAMÍLIA NO NOVO CPC

As ações de família analisadas em seus aspectos mais intrincados e com base no novo cpc. A instrumentalidade do processo como eixo metodológico do direito processual civil. O modelo constitucional do direito processual civil. A construção de um sistema processual civil que garanta a efetividade da tutela dos direitos individuais. O curso visa capacitar o aluno como operador do direito, tomando conhecimento dos instrumentos processuais postos à disposição no direito de família, mediante a elaboração de peças processuais, relativas ao direito de família, como, por exemplo, ação de alimentos, oferta de alimentos; revisional de alimentos, execução de alimentos, ação de divórcio, ação de guarda; ação de regulamentação de visitas reconhecimento e desconstituição de união estável, tutelas provisórias. audiências simuladas.

TEORIA E PRÁTICA DO TRIBUNAL DO JÚRI

O curso almeja estudar o rito procedimental inerente aos crimes dolosos contra a vida, contemplando aspectos práticos de todo o iter, desde a fase investigatória até a fase recursal, inclusive prevendo a realização de júri simulado.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

PRÁTICA EM TRATADOS INTERNACIONAIS

A disciplina do NPJ “PRÁTICA EM TRATADOS INTERNACIONAIS” tem por objeto de estudo os tratados internacionais, desde o seu procedimento de celebração e incorporação aos sistemas jurídicos internos até sua aplicação em casos concretos, perante tribunais internos e Cortes internacionais, analisando as hipóteses de conflitos entre tais normas e o ordenamento jurídico interno, bem como os meios para sua solução. Para tanto, serão examinados os temas da recepção dos tratados internacionais, dos critérios de solução de tais antinomias em sistemas jurídicos plurais e seus efeitos e do Controle de Convencionalidade das leis, incluindo o estudo dos principais mecanismos de sua realização em âmbito interno e junto à Corte IDH.

PRÁTICA EM DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: OFICINA DE REDAÇÃO DE CONTRATOS INTERNACIONAIS E CLÁUSULAS COMPROMISSÓRIA

Levar aos alunos o conhecimento dos contratos internacionais ligados a área do Comércio Internacional, proporcionando aos mesmos, maior interação com um assunto prático e atual, o qual pode exercer diferença no mercado de trabalho futuro.

PRÁTICAS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

Hermenêutica e Interpretação. A interpretação e a elaboração de peças processuais. Interpretação e técnicas de redação de conceitos e peças. Interpretação gramatical; sistematicidade e unidade da Constituição; concordância prática; análise de razoabilidade dos atos do poder público; proporcionalidade e conflitos de direitos fundamentais. Elaboração de peças e pareceres.

DIREITO INTEGRATIVO-SISTÊMICO: PRÁTICAS JURÍDICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Habilitar para os desafios das carreiras jurídicas contemporâneas e futuras. Negociar, contratar, gerenciar riscos e integrar a variável jurídica no mercado, cortes internacionais e na administração corporativa e pública são os desafios metodológicos e científicos do Direito. Evidenciar a integração e interação multidisciplinar do direito através de temas como o biodireito, geodireito, matemática jurídica, dentre outras, através do conhecimento das diferentes carreiras jurídicas.

DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA – ESTUDOS DE CASOS SUBMETIDOS AO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos e Democracia fundamentais: fundamentos históricos e filosóficos dos direitos humanos; as declarações de direitos; introdução ao direito internacional público e ao direito dos tratados internacionais de direitos humanos;



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

a constituição brasileira, o STF e os tratados internacionais de direitos humanos; a OEA e o sistema interamericano dos direitos humanos; a defesa da democracia; análise de julgados e casos submetidos ao sistema interamericano de direitos humanos.

RECURSO NO PROCESSO DO TRABALHO

No campo do processo do trabalho, tratará dos temas vinculados ao estudo teórico da Teoria Geral dos Recursos, bem como dos Recursos em espécie no Processo do Trabalho. Requisitos, objetivos e subjetivos para elaboração de Embargos de Declaração, Recurso Ordinário, Recurso de Revista, Agravo de Instrumento, Agravo Regimental, Embargos no TST, Recurso Extraordinário, Ações Coletivas, tais como, Ação Civil Pública e Dissídio Coletivo de Trabalho. Requisitos para o a elaboração de Mandado de Segurança, Habeas Corpus e a Correição Parcial, relacionados ao Processo do Trabalho.

PRÁTICA EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Prática em Direito Previdenciário.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

5º PERÍODO - NOTURNO

TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E REDAÇÃO DE CONTRATOS

O contrato, indiscutivelmente, é instrumento essencial para a circulação de riquezas, com vital importância para a sociedade e para a economia. O profissional que pretende lidar com contratos precisa ter habilidade de negociação e competência para militar nessa área, que é repleta de detalhes e minúcias. A elaboração de contratos é raramente explorada na maioria dos cursos. O(a) aluno(a), quando habilitado(a) a advogar, não raro, acaba sendo obrigado a recorrer a “modelos de contrato”, sem qualquer noção a respeito de como foram os mesmos estruturados e elaborados. Neste contexto, com uma abordagem de aspectos práticos e objetivos, com a finalidade exclusiva de preparar o(a) estudante de Direito para o mercado de trabalho, que o curso se propõe a trabalhar a técnica contratual.

TÉCNICAS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS EMPRESARIAIS: CONCILIAÇÃO, NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Fundamentação jurídica e econômica das técnicas de solução pacífica das controvérsias. Conceito, Origem e Características da Arbitragem (Lei 9.307/96). Convenção de Arbitragem, Cláusulas Compromissórias. Árbitros. Arbitragem Expedita e de urgência. Mediação (Lei 13.140/15) Conciliação e Terapia. Conceitos e aplicabilidades. Disput Board Resolution. Conceitos e panorama geral. Principais benefícios e objetivos. Demais Práticas Colaborativas e correlações com outras áreas do Direito. Debates e atualidade.

PRÁTICA DAS ADVOCACIAS PARA FINS PÚBLICOS E DA ADVOCACIA POPULAR

A disciplina aborda a inserção jurídica social das carreiras da Advocacia Popular e da Defensoria Pública, através do conhecimento dos valores, das metodologias e das estratégias não tradicionais da área da Assessoria Jurídica Popular (AJP). Preparará o aluno para a performance advocatícia em defesa da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em diversas dimensões, especialmente pelo desenvolvimento de peças jurídicas, negociações, sustentação oral, técnicas jurídicas para além da intervenção processual, trabalho em rede. Aproximará o aluno da realidade contumaz de extrema desigualdade social, cenário do manejo do Direito, através de reflexão estimulada por documentários, vídeos testemunhais e artigos jornalísticos, e pela interação com profissionais da AJP, lideranças populares e pessoas tuteladas pela área. Auxiliará o aluno a organizar sua network inicial na área da AJP. Instrumentalizará o aluno no conhecimento prático e, subliminarmente também no teórico, para a atuação da ampla e integral defesa e ativação dos Direitos Fundamentais que envolvem as carreiras em referência, com o objetivo



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Direito

também de sensibilizá-lo sobre o papel estratégico do profissional jurídico em relação à efetividade do direito e ao acesso à justiça.

DO INQUÉRITO POLICIAL À SENTENÇA: UMA VISÃO PRÁTICA

A disciplina tem por objeto apresentar ao aluno e à aluna como se desenvolve o inquérito policial e a ação penal, até a sentença, com conteúdo prático e dinâmico. Durante o curso, haverá elaboração de peças de inquérito, peças processuais e audiências simuladas.

AS AÇÕES DE FAMÍLIA NO NOVO CPC

As ações de família analisadas em seus aspectos mais intrincados e com base no novo cpc. A instrumentalidade do processo como eixo metodológico do direito processual civil. O modelo constitucional do direito processual civil. A construção de um sistema processual civil que garanta a efetividade da tutela dos direitos individuais. O curso visa capacitar o aluno como operador do direito, tomando conhecimento dos instrumentos processuais postos à disposição no direito de família, mediante a elaboração de peças processuais, relativas ao direito de família, como, por exemplo, ação de alimentos, oferta de alimentos; revisional de alimentos, execução de alimentos, ação de divórcio, ação de guarda; ação de regulamentação de visitas reconhecimento e desconstituição de união estável, tutelas provisórias. audiências simuladas.

PRÁTICA EM TRATADOS INTERNACIONAIS

A disciplina do NPJ “PRÁTICA EM TRATADOS INTERNACIONAIS” tem por objeto de estudo os tratados internacionais, desde o seu procedimento de celebração e incorporação aos sistemas jurídicos internos até sua aplicação em casos concretos, perante tribunais internos e Cortes internacionais, analisando as hipóteses de conflitos entre tais normas e o ordenamento jurídico interno, bem como os meios para sua solução. Para tanto, serão examinados os temas da recepção dos tratados internacionais, dos critérios de solução de tais antinomias em sistemas jurídicos plurais e seus efeitos e do Controle de Convencionalidade das leis, incluindo o estudo dos principais mecanismos de sua realização em âmbito interno e junto à Corte IDH.
